

Promovendo a cidadania digital na educação profissional e tecnológica: integrando conceitos essenciais

Promoting digital citizenship in professional and technological education: integrating essential concepts

Promoviendo la ciudadanía digital en la educación profesional y tecnológica: integrando conceptos esenciales

João Vitor de Oliveira ¹

Nemésio Freitas Duarte Filho²

Resumo: Este artigo destaca a crescente importância da cultura digital na sociedade contemporânea e a necessidade de uma formação politécnica que incorpore habilidades digitais. Ao analisar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) de 2018 como uma oportunidade educacional, busca-se integrar conceitos de privacidade e responsabilidade digital na formação de cidadãos digitais conscientes. A abordagem marxista destaca a relação entre trabalho e educação, enfatizando a formação integral diante das mudanças na educação tecnológica. O estudo utiliza a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) para desenvolver estratégias teórico-práticas, promovendo a interconexão entre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) brasileira e a cidadania digital. O foco nas práticas digitais nas instituições escolares destaca a importância de temas como segurança digital e letramento digital na formação de uma sociedade informada. O artigo propõe a construção de microcasos para docentes interessados em abordar a proteção da privacidade e a conscientização digital por meio da PBL, visando formar cidadãos digitais críticos e preparados para desafios contemporâneos.

Palavras-chave: Cultura digital. Cidadania digital. Educação Profissional e Tecnológica. Formação integral. Lei Geral de Proteção de Dados.

Abstract: This article highlights the growing importance of digital culture in contemporary society and the need for a polytechnic education that incorporates digital skills. By examining the General Data Protection Law (LGPD) of 2018 as an educational opportunity, the aim is to integrate concepts of privacy and digital responsibility in the formation of conscious digital citizens. The Marxist approach emphasizes the relationship between work and education, emphasizing comprehensive training in the face of changes in technological education. The study uses Problem-Based Learning (PBL) to develop theoretical-practical strategies, promoting the interconnection between Brazilian Professional and Technological Education (EPT) and digital citizenship. The focus on digital practices in school institutions highlights the importance of topics such as digital security and literacy in forming an informed society. The article proposes the construction of microcases for teachers interested in addressing privacy protection and digital awareness through PBL, aiming to educate critical digital citizens prepared for contemporary challenges.

Keywords: Digital culture. Digital citizenship. Professional and technological education. Comprehensive training. General Data Protection Law.

Resumen: Este artículo destaca la creciente importancia de la cultura digital en la sociedad contemporánea y la necesidad de una formación politécnica que incorpore habilidades digitales. Al analizar la Ley General de Protección de Datos (LGPD) de 2018 como una oportunidad educativa, se busca integrar conceptos de privacidad y responsabilidad digital en la

1 Mestrando do programa Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), joaov.oliveirab@gmail.com.

2 Doutor em Ciências da Computação, Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), nemesio@ifsp.edu.br.

formación de ciudadanos digitales conscientes. El enfoque marxista enfatiza la relación entre el trabajo y la educación, haciendo hincapié en la formación integral ante los cambios en la educación tecnológica. El estudio utiliza el Aprendizaje Basado en Problemas (PBL) para desarrollar estrategias teórico-prácticas, promoviendo la interconexión entre la Educación Profesional y Tecnológica (EPT) brasileña y la ciudadanía digital. El énfasis en las prácticas digitales en las instituciones escolares resalta la importancia de temas como la seguridad digital y el alfabetismo digital en la formación de una sociedad informada. El artículo propone la construcción de microcasos para docentes interesados en abordar la protección de la privacidad y la conciencia digital a través del PBL, con el objetivo de formar ciudadanos digitales críticos y preparados para los desafíos contemporáneos.

Keywords: Cultura digital. Ciudadanía digital. Educación profesional y tecnológica. Formación integral. Ley General de Protección de Datos.

1 INTRODUÇÃO

Sabendo que a cultura digital desempenha um papel central nas sociedades contemporâneas, cada dia mais, a promoção de uma formação politécnica, que inclua as habilidades digitais, é fundamental. Dessa forma, vemos que a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD, 2018) não é apenas uma lei, mas, sim, uma oportunidade para educar a próxima geração sobre a importância da privacidade e da responsabilidade no mundo digital. Ao incorporar esses conceitos a um processo de ensino e aprendizagem, estamos capacitando estudantes a se tornarem cidadãos digitais responsáveis, conscientes de seus direitos e deveres em um ambiente online em constante evolução.

A relação entre mundo do trabalho e educação se encontra presente nas premissas marxistas desenvolvidas a partir da ligação entre o desenvolvimento da história humana e a produção da existência, associando o conhecimento à compreensão das complexas relações que estruturam a realidade concreta. Saviani (2007) estabelece uma relação histórico-ontológica entre trabalho e educação, argumentando que a transformação da natureza é uma condição inalienável para a existência humana, e a educação desempenha o papel de perpetuar o conhecimento sobre o trabalho historicamente construído.

O propósito central deste estudo é desenvolver estratégias teórico-práticas que facilitem a integração efetiva dos conceitos e práticas da cidadania digital na educação profissional e tecnológica brasileira, promovendo, assim, o desenvolvimento de cidadãos digitais

críticos e preparados para os desafios da sociedade contemporânea. Para tanto, utiliza-se de elementos da abordagem *Problem Based Learning* (PBL), com o intuito de promover uma alternativa de processo de ensino sobre conhecimentos digitais na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para o alcance do objetivo, propomos a exemplificação de casos que buscam promover uma interconexão entre os fundamentos das bases da EPT no contexto brasileiro e as questões cruciais associadas à cidadania digital, por meio da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, 2018), e seus desdobramentos, na educação.

Santos *et. al.* (2023) apontam que a importância de discutir o tema das práticas digitais nas instituições escolares reside no fato de que a tecnologia digital se tornou uma parte integral da vida cotidiana e do processo educacional. É crucial abordar esse tema para garantir que os alunos e professores estejam preparados para enfrentar os desafios e aproveitar os benefícios das práticas digitais. Além disso, a discussão sobre segurança digital, letramento digital, combate à desinformação e *fake news*, equilíbrio no uso da tecnologia e inclusão digital contribui para a formação de uma sociedade mais informada, conectada e segura. Portanto, a discussão sobre práticas digitais nas instituições escolares é essencial para promover uma educação digital responsável, segura e inclusiva, capacitando os alunos para o mundo digital em constante evolução.

Em diálogo com o objetivo, propomo-nos a construir exemplos, no formato de microcasos, destinados ao uso por docentes interessados em trabalhar a proteção da privacidade e a conscientização digital através da PBL. Con-

forme destacado por Rodrigues e Figueiredo (1996), a integração de saberes, aliada à prática, demonstra ser uma estratégia eficaz para promoção de uma retenção de conhecimento mais sólida. Assim, construímos circunstâncias, denominadas de situações-Problema (ou *Problem*), a partir das quais os estudantes estarão instigados a se desafiar, fazendo uso tanto de seus conhecimentos prévios quanto daqueles adquiridos por meio de pesquisas.

Em uma revisão de análise teórica elaborada por Santos *et al.* (2010), o PBL é delineado como uma abordagem pedagógica centrada no aluno, uma característica distintiva das chamadas metodologias ativas, que têm ganhado crescente destaque nos espaços formais e informais de ensino e aprendizado. Além disso, o PBL se destaca por uma singularidade que o diferencia de outras metodologias, uma vez que, quando aplicado de maneira eficaz, é capaz de não apenas promover o desenvolvimento de habilidades técnicas específicas em uma determinada área do conhecimento (*hard skills*), mas também de cultivar competências transversais (*soft skills*) altamente valorizadas no panorama atual do mercado de trabalho. Isso abrange habilidades como comunicação eficaz, pensamento crítico, colaboração, negociação, trabalho em equipe, liderança, adaptabilidade, autonomia e criatividade, entre outras (Dores *et al.* 2009, *apud* Santos *et al.*, 2010).

O artigo se estrutura a partir da introdução que oferece uma visão panorâmica do cenário educacional, destacando a importância crescente da integração desses dois elementos para preparar os estudantes de maneira holística e alinhada às demandas contemporâneas. Na seção de Revisão de Literatura, é abordado tanto o histórico quanto os princípios norteadores da Educação Profissional no Brasil, destacando sua evolução ao longo do tempo. Além disso, explora a relevância da Cidadania Digital no âmbito da educação tecnológica, analisando como a fluência digital se tornou uma competência essencial. A metodologia delinea o tipo de pesquisa adotado e o processo metodológico empregado para investigar a articulação entre cidadania digital e edu-

cação profissional. Em seguida, temos a seção que apresenta diretrizes e direcionamentos para guiar a pesquisa e promover a integração efetiva desses dois elementos no ambiente educacional. Por fim, a conclusão sintetiza as descobertas, destacando a importância de uma abordagem integrada para preparar os alunos não apenas tecnicamente, mas também como cidadãos digitais conscientes em uma sociedade cada vez mais digitalizada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: HISTÓRICO E PRINCÍPIOS NORTEADORES

De acordo com Ramos (2005), o desenvolvimento da história humana está intrinsecamente ligado à produção da existência e ao processo de apropriação dos recursos naturais pela sociedade, mediados pelo trabalho. Essa construção epistemológica é moldada pela realidade concreta, que é uma síntese dialética de diversas relações complexas. O conhecimento é uma produção social resultante da compreensão das relações que estruturam essa realidade concreta, e é gerado coletivamente através da intervenção humana por meio do trabalho em suas diversas formas.

A concepção de Ramos (2005) está fundamentada na perspectiva Marxista, que destaca a distinção entre os seres humanos e outras espécies animais a partir do início do processo de produção dos meios de subsistência, influenciado pela estrutura física humana. Ao modificar o ambiente, os seres humanos geram os elementos essenciais para sua sustentação material. Segundo Saviani (2007), essa visão ontológica do trabalho enfatiza a habilidade humana de transformar o meio. Ele estabelece uma relação histórico-ontológica entre trabalho e educação, onde o primeiro possui características ontológicas, já que a transformação da natureza é vital para a existência humana. Dessa forma, a educação é vista como forma de perpetuar o conhecimento sobre o trabalho historicamente construído.

Porém, o surgimento da divisão de classes resultou em uma sociedade em que uma parcela da população é privada do exercício do trabalho, por não possuir meios de produção – agora privados – e, por consequência, gerar uma outra classe que vive da exploração do trabalho alheio. Essa mudança gerou impactos na educação, visto que, nas sociedades primitivas, nas quais o trabalho era comum a todos, a educação ocorria de forma orgânica e espontânea. Nesse mesmo período, vê-se o surgimento da escola, considerada o lugar da “[...] educação dos membros da classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre [...], contrapondo-se à educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho” (Saviani, 2007, p. 156).

Saviani (2007) propõe um “Esboço de organização do sistema de ensino com base no princípio educativo do trabalho” como forma de combater a exclusão da classe trabalhadora. Inspirado na escola unitária de Gramsci, ele destaca o trabalho como princípio educativo essencial para a formação cidadã, defendendo uma escola politécnica para o ensino médio, que enfatiza a especialização nos fundamentos científicos das técnicas modernas de produção. No Brasil, as primeiras iniciativas de educação profissional surgiram no século XIX, mas foi nas décadas de 1930 e 1940 que esse modelo se institucionalizou, especialmente com a criação do Senai e a implementação das leis orgânicas de ensino em 1942, conforme observado por Araujo e Rodrigues (2010). Durante esse período, a educação profissional estava vinculada à reprodução passiva dos alunos em relação à ordem social, refletindo as hierarquias da fábrica nas instituições de ensino, como analisado por Fischer e Duarte Filho (2019).

Observamos que, na visão marxista sobre a formação de trabalhadores, destaca-se a importância da formação integral/omnilateral, abrangendo aspectos intelectuais, físicos e tecnológicos dos educandos, como preconizado por Moura *et al.* (2015). Isso contrasta com a abordagem da formação profissionalizante, apresentada no Brasil, que se concentra na capacitação para a execução de tarefas, deixan-

do a formação científico-intelectual nas mãos daqueles que controlam o processo, conforme discutido por Saviani (2003).

Pacheco (2015) ressalta que mudanças na concepção e na oferta de Educação Tecnológica e Profissional (EPT) vêm acontecendo desde 2003, tendo como um dos pilares a formação de “Cidadãos para o Mundo do Trabalho”. Tendo como foco a inclusão, para além da superação de preconceitos, busca combater a desigualdade por meio de uma educação humanista, pacifista e solidária, vinculada à preservação da natureza. Essa inclusão deve estar atrelada à emancipação, formando cidadãos conscientes, organizados e mobilizados para se transformarem em sujeitos da história.

De acordo com Fischer e Duarte Filho (2019), no âmbito dos desafios presentes, destacam-se a necessidade de compreender os seres humanos como entidades histórico-sociais (Moura *et al.*, 2006, *apud* Moura, 2007); fortalecer politicamente os trabalhadores, compreendendo as leis da natureza e da sociedade (Araujo; Rodrigues, 2010); abordar fenômenos de maneira interdisciplinar, considerando perspectivas tecnológicas, históricas, econômicas e ambientais (Ramos, 2008); entre outros. Nesse contexto, é crucial refletir sobre alternativas pedagógicas capazes de enfrentar esses desafios.

De acordo com Santos *et al.* (2023), a cidadania digital e a educação estão intrinsecamente relacionadas, pois, a educação desempenha um papel crucial na formação de cidadãos conscientes, responsáveis e éticos, preparados para atuar de forma proativa na era digital em constante evolução. Por esse motivo, a seção a seguir, será focada na presença da cidadania digital na educação.

2.2 CIDADANIA DIGITAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

À medida que novas tecnologias avançam e se tornam cada vez mais disseminadas na produção e na organização dos espaços de trabalho, torna-se imperativo adaptar os currículos da educação básica brasileira, incluindo a Base Nacional Comum Curricular

(BNCC, 2017), para incorporar novas necessidades de formação. Entre essas demandas emergentes, destacam-se a cultura e a cidadania digital. Isso ocorre devido à crescente relevância da competência digital no mundo contemporâneo, à medida que a tecnologia se torna uma parte integral da vida cotidiana e das práticas laborais.

A BNCC (2017), com o objetivo de transformar a educação no Brasil e promover a formação integral dos alunos, introduziu 10 competências gerais que orientam vários aspectos educacionais, desde o planejamento escolar até a formação de professores. Dentre essas competências presentes na BNCC (2017), destacamos a quinta, que enfoca a compreensão, o uso e a criação crítica, significativa, reflexiva e ética das tecnologias digitais de informação e comunicação. Isso engloba a capacidade de se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimento, resolver Problemas e exercer um papel ativo na vida pessoal e coletiva. Essa competência reconhece a importância da cultura digital na sociedade contemporânea e a necessidade de uma formação abrangente, que inclua uma compreensão crítica dos processos tecnológicos, promovendo uma inclusão digital consciente.

Em volta do mesmo contexto, uma outra legislação foi desenvolvida no Brasil, e, em 2018, surge a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Apesar da existência de leis anteriores que tratavam, de alguma forma, do tema, como o Código de Defesa do Consumidor, o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a Lei do Cadastro Positivo (Lei 12.414/2011), dentre outras, a LGPD coloca o indivíduo como protagonista das relações jurídicas que envolvam o tratamento de dados. Assim, não só regula a proteção de dados pessoais, mas, principalmente, elege como fundamento o direito de escolha de quais dados serão usados, bem como os limites e o prazo dessa utilização (Capanema, 2020).

De acordo com Luñu (2014), vivemos em um tempo em que as novas tecnologias e as TICs apresentam uma possibilidade de fortalecimento dos valores democráticos e das liber-

dades. Além disso, o autor ressalta que essas tecnologias podem promover a cidadania digital, que denomina de tele-democracia, criando novas formas de exercer direitos e participar em sociedades democráticas.

Por esses motivos, seguindo a metodologia que apresentaremos a seguir, buscamos refletir essa ambivalência que decorre da projeção tecnológica no âmbito institucional da democracia e no exercício dos direitos de participação política.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Conforme Prodanov e Freitas (2013) indicaram, esta pesquisa adota uma abordagem de natureza aplicada, pois direciona seus esforços para a solução de Problemas práticos e a contribuição para conceber de forma teórica uma prática pedagógica no contexto da educação profissional e da cidadania digital. Somase a sua natureza, a proposta de combinar dois enfoques complementares: exploratória, com o objetivo de promover uma investigação inicial para a identificação de informações relevantes que podem guiar o estudo, e descritiva, que possibilitou uma compreensão mais completa dos fenômenos em estudo, bem como a elaboração de recomendações práticas.

3.2 O PROCESSO METODOLÓGICO

a) Identificação do Problema de pesquisa: O Problema de pesquisa deste artigo emergiu a partir da experiência dos autores, que, ao se dedicarem à prática educacional no contexto do ensino médio integrado, perceberam uma significativa carência na abordagem da cidadania digital e na preparação dos estudantes para o mundo do trabalho.

b) Revisão de literatura: Esta revisão de literatura se constitui de duas etapas essenciais para a compreensão abrangente do Problema de pesquisa. Primeiramente, explora-se a educação profissional brasileira, investigando suas bases conceituais, origens históricas e

sua evolução no contexto brasileiro. Em seguida, concentra-se na cidadania digital, especialmente no ambiente educacional da era da educação 4.0, examinando as dimensões teóricas e práticas dessa temática.

c) Questão de pesquisa: É viável a construção de uma estratégia de ensino baseada na Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL), que integre conceitos e práticas de cidadania digital na educação profissional brasileira, considerando a aproximação entre as bases conceituais apresentadas por Pacheco (2015) e a contextualização teórica de temas atuais nas escolas do Brasil?

d) Análise da revisão de literatura: Visou compreender como a educação profissional e a cidadania digital podem se integrar, explorando a interseção entre essas áreas.

e) Contribuição para a construção de um processo de ensino e aprendizagem a partir da abordagem do Estudos de Caso: Desenvolvido a partir das aproximações iniciais entre as bases conceituais da EPT e as temáticas da cidadania digital e por meio de Casos presentes no cotidiano da vida digital.

f) Conclusão: Apresentação de uma conclusão geral que resume as principais descobertas e suas implicações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 DIRETRIZES E DIRECIONAMENTOS PARA A ARTICULAÇÃO ENTRE CIDADANIA DIGITAL E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Nesta seção, serão feitas as articulações entre as bases conceituais concebidas por Pacheco (2015), suas características essenciais e as possibilidades de abordá-las e trabalhá-las no contexto da educação profissional, com Problemáticas da cidadania digital. Será utilizada a abordagem pedagógica do estudo de caso para viabilizar exemplos a serem explorados pelos docentes em sala de aula ou em outros espaços pedagógicos.

Diante das premissas de educação marxista que nortearam o desenvolvimento da EPT no Brasil, usaremos os conceitos e concepções

que contribuíram para a fundamentação das Diretrizes Curriculares da Educação Técnica de Nível Médio, presente nos Institutos Federais e em outras instituições de ensino que adotam a EPT. Em seu trabalho, Pacheco (2015) apresenta cinco concepções e ressalta que algumas, inclusive, estão incorporadas ao Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (2007). Devido ao seu caráter teórico-prático, aprofundamo-nos em cada um desses conceitos e utilizaremos como ponto de partida para aproximação entre a EPT e a cidadania digital.

A PBL propõe abordar objetivos educacionais amplos, centrando-se em Problemas do mundo real e promovendo o desenvolvimento de habilidades autônomas de aprendizado e trabalho em equipe. Essa abordagem incentiva a adaptação a mudanças, a capacidade de resolver Problemas em situações não rotineiras, o pensamento crítico e criativo, bem como a colaboração efetiva, reforçando o compromisso com o aprendizado constante e o aprimoramento contínuo (Borochovicus; Tortella, 2014).

A seguir, serão exploradas algumas alternativas de casos/Problemas.

4.1.1 FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

A formação humana omnilateral faz parte de uma base que sustenta uma Formação Humana Integral abrangente, que envolve não apenas o trabalho, mas também a ciência e a cultura. O trabalho deve ser entendido tanto em seu aspecto ontológico, como uma realização humana, quanto como uma prática econômica associada ao modo de produção (Ramos, 2005).

O desafio reside em superar a dicotomia que separa o humano intelectual e aquele dedicado ao trabalho, separação essa que emerge da divisão social do trabalho. Essa divisão se manifesta de maneira marcante na orientação educacional voltada primariamente para o “treinamento” destinado à execução de tarefas específicas. Ao invés de simplesmente formar o profissional, a abordagem educacional deve priorizar a formação do cidadão,

capacitando-o para compreender tanto o processo produtivo em sua totalidade como o seu próprio papel dentro desse contexto. Isso inclui uma compreensão das complexas relações sociais que emanam desse processo. Tais relações se desenvolvem em um contexto histórico específico, no qual o trabalho em busca da satisfação de necessidades materiais e subjetivas propicia ao ser humano a oportunidade de adquirir e criar novos conhecimentos (Pacheco, 2015).

No âmbito da educação sobre privacidade e proteção de dados, é crucial abordar os princípios que norteiam esses conceitos como pontos centrais de discussão, visando fornecer aos alunos uma compreensão sólida sobre a importância da privacidade em uma sociedade cada vez mais digitalizada. É igualmente essencial que compreendam o papel fundamental da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) na garantia e proteção de seus direitos relacionados à privacidade. No contexto do ensino superior, conforme demonstrado por Stelzer et al. (2019), os desafios na adaptação à LGPD incluem mapeamento dos dados pessoais, implementação de políticas de proteção de dados, treinamento e conscientização, nomeação de Encarregado de Dados, e a necessidade de ajustes técnicos e administrativos, sob pena de sanções por não conformidade. Tais desafios demandam mudanças substanciais nas práticas de coleta, armazenamento e processamento de dados pessoais das instituições, exigindo investimento de tempo, recursos e esforços para garantir a conformidade com a LGPD.

A seguir, é descrito um exemplo de *Problem* a ser apresentado aos e às estudantes para o desenvolvimento da metodologia: “A escola enfrentou um sério vazamento de dados de alunos e professores devido a uma violação de segurança cibernética. Os dados pessoais, como nomes, números de identificação, informações de contato e históricos acadêmicos, foram comprometidos, resultando em grande preocupação e angústia entre os alunos, suas famílias e a equipe da escola. Agora, precisamos da sua ajuda para mapear as possíveis consequências dessa falha de segurança e

também, contribuir com melhorias para impedir que isso aconteça novamente”.

Espera-se que, de maneira crítica, as pessoas estudantes observem, nesse cenário, a conscientização sobre a importância da privacidade e a implementação de práticas de segurança cibernética adequadas, que teriam sido fundamentais para evitar a violação. Nesse contexto, trabalhar com a ferramenta pixton, para ilustrar situações e/ou desenvolver uma campanha de conscientização, pode promover ganhos pedagógicos. Estimular a criatividade e autoria dos alunos torna o aprendizado mais lúdico e atrativo, permitindo a elaboração de tirinhas e HQs que permitem explorar o tema de forma diversificada. Além disso, a ferramenta possibilita a personalização de cenários e personagens, promovendo a interação dos estudantes com a tecnologia e favorecendo a construção do conhecimento de forma inovadora e envolvente (PIEROZAN; MANFIO, 2020).

Assim, as pessoas estudantes e a escola como um todo podem ser educadas sobre como lidar com vazamentos de dados, como proteger suas informações pessoais e como agir em caso de violação de privacidade. A promoção da conscientização e de práticas de privacidade no mundo digital se torna essencial para proteger a comunidade escolar e evitar futuros incidentes de segurança cibernética.

4.1.2 CIDADANIA

Segundo Pacheco (2015), o conceito de cidadania surgiu durante as revoluções burguesas na Europa, como a Revolução Francesa de 1789, onde a burguesia, impulsionadora do desenvolvimento das forças produtivas, lutou por direitos sociais e políticos. Inicialmente, essa luta envolveu liberdade, igualdade e propriedade como dimensões fundamentais da cidadania plena. Com o capitalismo moderno, a igualdade tornou-se central, mas o sistema capitalista impediu a realização plena da cidadania. A educação, especialmente nos Institutos Federais (IFs), deve adotar uma abordagem freiriana, concebendo-a como uma ferramenta para a libertação individual e coletiva, capacitando os educandos a entenderem

seu papel na sociedade em sua circunstância histórica específica. (Pacheco, 2015).

Ao aproximarmos a compreensão de cidadania, enquanto base conceitual para a EPT, dos paradigmas e questões levantados pela LGPD, vemos que a ética, em seu conceito e suas questões, cumpre muito bem esse papel. A ética é, portanto, a prática de condutas baseadas em regras morais no contexto social. Entretanto, a evolução tecnológica e a geração digital têm dado origem a novas dimensões de ética. Fusaro (2018) sugere que a percepção do valor da informação está em transformação, com os nativos digitais favorecendo a livre difusão de informações e adaptando-se a tecnologias como smartphones para acessar conhecimento instantaneamente. Essas mudanças geracionais também têm dado origem a uma nova ética que reflete as atitudes e práticas socioculturais em evolução, dissociando-se em grande medida de considerações morais tradicionais. Portanto, a “ética” mencionada não está mais ligada a aspectos morais, mas é um descritivo das atitudes em prática na sociedade contemporânea.

Neste caso, um exemplo de *Problem* seria: “Numa escola em plena era digital, as mudanças na forma de acessar e compartilhar informações trouxeram à tona desafios preocupantes. Recentemente, uma onda de notícias falsas, espalhadas por alunos, está abalando as eleições para os conselheiros do campus. Este cenário urgente nos leva a explorar a influência da cidadania digital nas práticas socioculturais dos jovens nativos digitais. Com a facilidade de disseminar informações online, a nova cidadania digital está desempenhando um papel crucial na propagação de notícias falsas. A questão que se impõe é: como essa dinâmica influencia não apenas a confiabilidade das informações consumidas pelos jovens, mas também a responsabilidade de checar e compartilhar informações com precisão?”.

Espera-se que, com essa proposta, os alunos explorem questões de cidadania digital contemporâneas, com foco na responsabilidade na divulgação de informações e na prevenção da propagação de notícias falsas, promovendo o pensamento crítico, a pesquisa

independente e a capacidade de apresentar e debater ideias relacionadas à cidadania na era da informação. Essa atividade pode ser desenvolvida a partir do uso pedagógico do Padlet, de forma que as ideias possam ser disseminadas através do compartilhamento do mural em espaços da instituição que contem com uma tela com acesso à internet. André (2021) aposta que o Padlet é capaz de ir além da própria escola, podendo ser compartilhado nos grupos da comunidade acadêmica e acabar chegando aos pais e familiares, ampliando o impacto da ação.

4.1.3 TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA

Para Pacheco (2015), o trabalho é considerado um ponto central na produção da existência e na objetivação da vida humana, servindo como a mediação primordial para a criação de conhecimento e cultura nas sociedades. A dimensão ontológica do trabalho é o ponto de partida para a produção de conhecimento e cultura pelos grupos sociais, diferenciando o ser humano dos animais pela sua capacidade de consciência, autodeterminação e transformação da natureza. Através da produção de conhecimento sistematizado ao longo da história, a humanidade constrói a ciência, que envolve teorização e reflexão sobre a realidade, gerando conceitos e métodos que podem ser transmitidos às gerações futuras e continuamente questionados e aprimorados.

A ciência não apenas impulsiona o avanço das forças produtivas, mas também influencia o desenvolvimento da técnica e da tecnologia, enquanto a cultura cria representações que expressam a estrutura social e política de uma sociedade. Compreender o trabalho como prática social e em sua dimensão ontológica é crucial para uma visão progressista da educação profissional e tecnológica, capacitando os trabalhadores não apenas tecnicamente, mas também para compreender e interferir conscientemente na dinâmica econômica e social em busca de relações mais justas e igualitárias (Pacheco, 2015). Além disso, a educação desempenha um pa-

pel fundamental ao promover a reflexão crítica sobre os padrões culturais dominantes e ao estimular o desenvolvimento progressista das forças produtivas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Fava (2018) ressalta como as Inteligências Artificiais (IAs) possuem potencial de impactar drasticamente o mundo do trabalho. Esse impacto será sentido já nos próximos anos, podendo acarretar no fim de diversas profissões. Isso nos leva a um outro ponto: a escola passa a ser ainda mais responsável por promover uma formação que busque desenvolver indivíduos consumidores de informação, mas com alto grau de criticidade.

A partir disso, pode-se explorar o seguinte *Problem*: “Em meio à revolução das IAs, as Escolas Profissionais e Tecnológicas buscam preparar os alunos para um mundo do trabalho em transformação, mas esbarram em diversas dificuldades. Como as instituições educacionais podem efetivamente equipar os alunos para enfrentar as mudanças nas profissões impulsionadas pelas IAs e garantir uma transição suave para um mercado de trabalho em constante evolução?”.

O objetivo é desafiar os alunos a explorar estratégias educacionais que promovam não apenas a capacidade de consumir informações, mas também um alto grau de criticidade diante das mudanças trazidas pela ascensão das IAs. Como podemos garantir que os alunos estejam aptos a enfrentar um futuro profissional moldado pela automação e tecnologia, cultivando habilidades essenciais e uma mentalidade adaptável? Esse Problema busca inspirar os alunos a refletir sobre as demandas futuras do mercado de trabalho e a desenvolver competências que os tornem profissionais inovadores e preparados para os desafios da era das Inteligências Artificiais.

Uma sugestão de prática que se encaixa no *Problem* proposto é o desenvolvimento e treinamento de um *chatbot*. Os *chatbots* são programas de computador que utilizam inteligência artificial para interagir com usuários por meio de conversas em linguagem natural. Eles podem ser explorados para oferecer suporte ao aluno, exercer funções

de tutoria virtual, fornecer acesso a informações relevantes, automatizar tarefas repetitivas e coletar dados para análise. Dessa forma, os *chatbots* têm o potencial de melhorar a experiência educacional, oferecendo suporte personalizado e facilitando o acesso a recursos e informações importantes para os alunos (Dores *et al.*, 2020).

4.1.4 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

A concepção do trabalho como princípio educativo é fundamental para orientar a organização curricular, a definição de conteúdos e a escolha de metodologias pedagógicas. Entender a interligação inseparável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura é compreender o trabalho como um princípio educativo central. Essa abordagem não se limita a aprender fazendo ou preparar para o exercício de uma profissão específica, mas reconhece que o trabalho é a primeira mediação entre o ser humano e a realidade material e social. Isso implica que os indivíduos são agentes ativos na construção de sua realidade e têm a capacidade de transformá-la (BRASIL, MEC/ SETEC, 2007 *apud* Pacheco, 2015).

Pacheco (2015) complementa dizendo que a formação profissional e a formação geral desempenham papéis complementares na compreensão da realidade. Enquanto a formação geral fornece os conhecimentos necessários para compreender o mundo, a formação profissional dá ao trabalhador a capacidade de aplicar o conhecimento científico de forma autônoma e consciente, transformando-o em força produtiva por meio de técnicas e procedimentos embasados em conceitos científicos e tecnológicos fundamentais. A cultura, nesse contexto, age como um elemento unificador que sintetiza a formação geral e a formação específica, permitindo que os indivíduos compreendam o momento histórico em que vivem e contribuam para o avanço progressista da sociedade. Essa perspectiva promove uma formação integral que reconhece a interconexão entre esses componentes essenciais do processo educativo.

A LGPD, trabalhada com fins pedagógicos, pode dialogar de diversas formas com o mundo do trabalho, somada à gestão da reputação digital, representa uma temática de significativa relevância na esfera contemporânea da privacidade e da tecnologia (já que a legislação impacta diretamente o processo de coleta, processamento e utilização de dados pessoais, que podem vir a ser utilizados com o intuito de avaliar e modelar a reputação de indivíduos e organizações). A LGPD estabelece diretrizes rígidas relacionadas à transparência, obtenção de consentimento, segurança dos dados e aos direitos dos titulares das informações, elementos cruciais para uma administração ética e legal da reputação digital.

Aqui, enxerga-se, como possibilidade de trabalho, o *Problem*: “Alguns alunos da escola, em busca de conexões, seguidores e engajamento online, se lançam em situações de exposição extrema nas redes sociais, sem plena consciência dos impactos futuros em suas reputações digitais. Enquanto a era digital se desdobra, a pergunta que permeia os corredores é a seguinte: Como podemos nos precaver com uma gestão pessoal da reputação digital que não apenas respeite as diretrizes da LGPD, mas também os prepare para uma interação ética e responsável com organizações e a sociedade em geral, preservando sua integridade digital a longo prazo?”.

Nesse cenário, o uso dos wikis pode ser visto como uma maneira relevante de promover a colaboração, a troca de conhecimento e a coautoria. Além disso, os wikis incentivam a autonomia dos alunos, o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, a organização de informações e a construção coletiva do conhecimento, tornando-se uma ferramenta versátil e poderosa para promover a aprendizagem colaborativa e o desenvolvimento de habilidades essenciais (Becker, 2011).

Ao fazer essa reflexão, espera-se contribuir para uma compreensão mais aprofundada das implicações legais e éticas associadas à administração da reputação digital na era pós-LGPD, promovendo discussões substanciais sobre privacidade, ética e responsabilidade no cenário digital contemporâneo.

4.1.5 O EDUCANDO ENQUANTO PRODUTOR DE CONHECIMENTOS

Para empoderar os alunos como agentes ativos da história, é imperativo proporcionar-lhes uma educação integral que fomente a capacidade de produzir conhecimento. A abordagem pedagógica que favorece a mera acumulação de informações gera indivíduos passivos e conhecimentos efêmeros. Independentemente do nível educacional, projetos pedagógicos devem priorizar a autonomia e a produção de conhecimento por meio da pesquisa. Os educadores devem assumir papéis de orientadores, coordenadores e incentivadores na busca por conhecimento, reconhecendo que este está disperso em diversas fontes e não se limita ao conhecimento acumulado pelo professor.

Em todos os níveis de ensino, a pesquisa é considerada o pilar central da pedagogia, sendo fundamental sua integração com o ensino e a extensão para proporcionar benefícios à sociedade. Nos Institutos Federais, em especial, o desenvolvimento de tecnologias sociais é priorizado. Em contrapartida, Fischer e Filho (2019) destacam o potencial das redes sociais como catalisadoras para o aprendizado e a troca de conhecimentos, porém ressaltam preocupações como a falta de preparo dos professores e a necessidade de orientar os usuários para um uso ético, enfatizando a importância de recursos tecnológicos nas escolas para evitar problemas como o cyberbullying. Essa dualidade ressalta a necessidade de cautela e orientação para maximizar o potencial educativo das redes sociais.

Nota-se a importância do trabalho com um *Problem* como: “Em um mundo onde as fronteiras entre a vida off-line e online se desvanecem, adentrar o papel de produtor de conteúdo ou influenciador nas redes sociais torna-se uma jornada repleta de possibilidades e desafios. Nesse cenário digital em constante evolução, a busca por estratégias éticas e eficazes na produção de conteúdo se desdobra como uma narrativa cativante. Como condutores dessa história digital, somos desafiados a trilhar caminhos que não só alcancem os

objetivos propostos, mas também respeitem a ética, conscientes dos obstáculos que permeiam a gestão de dados nas plataformas digitais. A pergunta que ecoa nas mentes dos criadores é: Como podemos, enquanto produtores de conteúdo, navegar por esse território digital complexo, garantindo uma produção ética e eficaz que ressoe com nosso público, mesmo diante dos desafios inerentes à gestão de dados nas plataformas digitais?”.

Construir um mapa mental colaborativo pode ser uma ferramenta interessante para ser abordada, pois, de acordo com Cardoso (2023), os mapas mentais são ferramentas visuais que ajudam na organização e representação de informações de forma esquemática. Nesse contexto, podem ser utilizados para sintetizar informações, estimular a criatividade, planejar e organizar projetos e explorar relações complexas entre diferentes conceitos. Essa técnica é baseada na ideia de que o cérebro humano funciona de forma associativa, o que torna a visualização de conceitos e a conexão entre eles uma estratégia eficaz de aprendizado. Em resumo, os mapas mentais são uma ferramenta versátil que pode ser explorada de diversas maneiras no contexto educacional, promovendo a compreensão, a criatividade e a organização do conhecimento.

Esse *Problem* desafia os alunos a explorar estratégias para criar conteúdo ético e impactante, ao mesmo tempo em que enfrentam os desafios relacionados à coleta, processamento e uso responsável de dados nas redes sociais. Ao abordar questões cruciais, como a ética na produção de conteúdo e a gestão responsável de dados, os estudantes serão incentivados a desenvolver habilidades críticas e práticas para se destacarem como produtores de conteúdo responsáveis em um cenário digital em constante evolução.

5 CONCLUSÃO

Neste artigo, objetivou-se destacar a importância crescente da cultura digital nas sociedades contemporâneas e a necessidade de uma formação politécnica que inclua habilidades digitais. Diante desse desafio, nos depa-

ramos com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) de 2018, que se mostrou não apenas uma legislação, mas uma oportunidade para educar a próxima geração sobre privacidade e responsabilidade no mundo digital. A abordagem marxista é incorporada para destacar a relação entre trabalho e educação, ressaltando a importância da formação integral diante das transformações contemporâneas na educação tecnológica e profissional.

O artigo buscou se estruturar de forma a oferecer uma visão abrangente do cenário educacional, explorando o histórico da Educação Profissional no Brasil e destacando a evolução dessa área ao longo do tempo. Dentro dessa perspectiva, a Cidadania Digital se mostrou uma competência essencial na educação tecnológica, abordando temas como segurança digital, letramento digital e combate à desinformação.

Assim, o principal objetivo deste estudo foi criar estratégias para incorporar conceitos e práticas de cidadania digital na educação profissional no Brasil, utilizando a abordagem de Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL). Esse objetivo foi atingido ao combinar as bases conceituais apresentadas por Pacheco (2015) com uma contextualização teórica de temas atuais nas escolas brasileiras. Isso resultou na implementação de uma prática de ensino que envolveu a formulação de um Problema específico e a introdução de uma Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para ser abordada pelos estudantes.

A inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) possibilitam aos docentes acesso a uma grande quantidade de recursos educacionais capazes de possibilitar a interação e a colaboração entre os estudantes. Elas também permitem a personalização do aprendizado, adaptando o conteúdo e a metodologia às necessidades e interesses de cada aluno, e aprimoram a avaliação, fornecendo feedbacks mais precisos e imediatos sobre o desempenho dos alunos (Becker, 2011).

Espera-se que a partir dos resultados obtidos, este artigo auxilie, principalmente, docentes e instituições de ensino que abordem a EPT e enfrentam o dilema da mediação entre

as suas bases conceituais e a cidadania digital. Entretanto, destaca-se que este é um trabalho preliminar, no qual se pretende abrir as discussões para embasar e dar possibilidades para trabalhos futuros.

Portanto, a construção de uma estratégia de ensino baseada na Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) é viável para integrar conceitos e práticas de cidadania digital na educação profissional brasileira. Todavia, a aplicação prática dessas estratégias ainda requer investigações e experimentações mais aprofundadas.

A análise teórica forneceu uma base sólida para a viabilidade da abordagem proposta, mas serão necessários trabalhos futuros para avaliar e refinar a implementação dessas estratégias em ambientes reais de educação profissional brasileira. Destaca-se a possibilidade de adoção e documentação por parte de docentes dos Institutos Federais, artigos de mestrandos e orientadores do ProfEPT e dissertações desse mesmo programa. Portanto, essa pesquisa teórica serve como um ponto de partida crucial para direcionar futuros esforços no desenvolvimento e implementação de práticas eficazes de cidadania digital na educação profissional.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, A. S. B. O uso do padlet na sala de aula: aprendendo a ser, ler e escrever. **Prêmio SEDU**, [s. l.], 2021. Disponível em: https://premioboaspraticas.sedu.es.gov.br/Media/BoasPraticasSedu/Relatos/3%C2%BA%20LUGAR_O%20USO%20DO%20PADLET%20NA%20SALA%20DE%20AULA.pdf. Acesso em: 13 nov. 2023.
- ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **B. Téc. Senac**: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v.36, n.2, maio/ago. 2010
- BOROCHOVICIUS, E.; TORTELLA, J. C. B. Aprendizagem Baseada em Problemas: um método de ensino-aprendizagem e suas práticas educativas. **Ensaio**: avaliação e políticas públicas em educação., Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 263-294, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/QQXPb5SbP54VJtpmvThLBTc/?lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2023.
- BECKER, A. M. A FERRAMENTA WIKI – DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA PRESENCIAL. **Texto livre**: Linguagem e tecnologia, [s. l.], v. 4, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/texto-livre/article/download/16588/13350/47676>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Brasília, 14 ago. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.
- CAPANEMA, W. A. (2020). A responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados. **Cadernos Jurídicos da Escola Paulista da Magistratura**, 163-170.
- CARDOSO, J. C. S. Importância dos mapas mentais no ensino-aprendizagem na disciplina de geografia em tempos de pandemia. **EnPe: ENSINO EM PERSPECTIVA**, Fortaleza, v. 4, ed. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoem perspectivas/article/download/9701/8479/38954>. Acesso em: 9 out. 2023.
- DORES, A. R.; OLIVEIRA, G. F.; ESPITI, L. B.; FRANCO, R. O uso de chatbots na educação a distância. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Informática na Educação**, 2018, Fortaleza. Anais... Fortaleza: SBC, 2018. p. 123-130
- FAVA, R. **Trabalho, educação e inteligência artificial: a era do indivíduo versátil**. 1ª edição. ed. Porto Alegre: Penso, 2018. 217 p.

- FISCHER, Danilo; DUARTE FILHO, Nemésio Freitas. Redes sociais e educação profissional: direcionamentos e percepções. **EDaPECI**, São Cristóvão (SE), v. 19, ed. 1, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332362786_Redessociais_e_educacao_profissional_direcionamentos_e_percepcoes. Acesso em: 4 out. 2023.
- FUSARO, A. C. . Homo ciberneticus e o novo ethos. **Revista Filosofia, Ciência e Vida**, Brasil, p. 20- 27, 04 ago. 2019.
- FUSARO, M.(org.) **Artes Tecnológicas Aplicadas à Educação**. São Paulo: COD3S, 2018.
- LUÑO, A. P. Teledemocracia, cibercidadania y derechos humanos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/2835/pdf>. Acesso em: 5 set. 2023.
- MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L. ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM GEOGRAFIA: O WEBSITE PIXTON COMO RECURSO DIDÁTICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Congresso Internacional de Educação e Tecnologia**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1284>. Acesso em: 26 nov. 2023.
- MOURA, D. H.; FILHO, D. L. L.; SILVA, M. R. Politécnica e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057–1080, 2015.
- PACHECO, E. M.. FUNDAMENTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS: Diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**, Natal, 2015. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/>. Acesso em: 5 nov. 2023.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C.. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. (e-book)
- RAMOS, M. Possibilidade e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; R.M.N. **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 106-137.
- RODRIGUES M. L., FIGUEIREDO J. C. **Aprendizado centrado em Problemas**. Medicina Ribeirão Preto, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/774>
- SANTOS, A M; SALGADO, A; BARRETO, J F; MARTINS, H; DORES, A R. Problem-Based Learning e suas implicações: Breve revisão teórica. **Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto**, Porto, Portugal, n. 1s, 2010. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1404/1/COM_AndreiaSantos_2010.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.
- SANTOS, D. S.; BARROS, A. M. R.; PARREIRA, D. C.; COSTA, J. W. M.; SALES, R. S. TECNOLOGIAS, CIDADANIA E EDUCAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA LIDAR COM OS RISCOS DAS PRÁTICAS DIGITAIS NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES. **Revista Amor Mundi**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 11–22, 2023. DOI: 10.46550/amormundi.v4i7.290. Disponível em: <https://journal.editorametrics.com.br/index.php/amormundi/article/view/290>. Acesso em: 16 dez. 2023.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, ed. 34, 2007.
- SOUZA, L. M. de; LIMA NETO, A. A. de; GLEYSE, J.; COSTA, A. C. S. Formar para o cuidado: a Formação Humana Integral e o Ensino Integrado em saúde. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 21, p. e12839, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.12839. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/12839>. Acesso em: 6 out. 2023.
- STELZER, J.; GONÇALVES, E. das N.; BAPTISTA, R. R. F.; VAZ, R. M. P.; WIEIRA, K.; FIDEL-

IS, M. de M. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E OS DESAFIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PARA A ADEQUAÇÃO. **XIX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201939/103_00090.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 26 nov. 2023.

Recebido em 14 de maio de 2024
Aceito em 30 de setembro de 2024